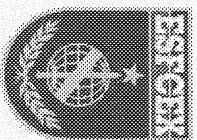


MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO



INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS

CONCURSO DE ADMISSÃO / 2015 AO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR / 2016

- Esta prova é constituída de 70 itens de múltipla escolha distribuídos em 26 páginas numeradas, excluindo esta capa e 01 cartão de respostas. A prova está assim dividida:
 - Conhecimentos Gerais (Itens numerados de 01 a 30):
 - Língua Portuguesa, Geografia do Brasil, História do Brasil e Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol).
 - Conhecimentos Específicos (Itens numerados de 31 a 70):
 - Direito.
- Havendo falta de páginas ou defeitos de impressão, comunique ao aplicador.
- IMPORTANTE:** antes de iniciar a solução da prova, preencha o alvéolo correspondente à sua área no cartão de respostas. (opção CRO/OC)
- As provas e seus gabaritos serão disponibilizados no sítio da Escola em www.esfex.ensino.eb.br para consulta.
- Tempo total destinado à realização da prova: **04 (quatro) horas.**
- Leia os itens com atenção. Você disporá dos **15** primeiros minutos, após o início da prova, para tirar dúvidas relacionadas, **apenas**, à impressão e montagem desta prova.
- A interpretação dos itens faz parte da resolução. Os aplicadores não responderão a perguntas dessa natureza.
- A prova é estritamente individual, sendo proibida a consulta a qualquer tipo de documento.
- Os candidatos somente poderão sair do local de prova depois de transcorridos dois terços do tempo total destinado à realização da prova, ou seja, duas horas e quarenta minutos após o seu início.
- A partir dos últimos trinta minutos um aplicador, de **10 em 10** minutos, avisará o tempo que falta para o término da prova. O último aviso será dado faltando **01** minuto.
- Utilize somente **caneta esferográfica de tinta azul ou preta** para assinalar e marcar as suas respostas no cartão de respostas.
- A correção do cartão de respostas é feita por sistema de leitura ótica. Portanto, é de fundamental importância o correto preenchimento de todos os campos do cartão de respostas, sendo o mesmo de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato.
- Ao terminar a prova levante o braço e aguarde, sentado, até que o fiscal de sala venha recolher o seu cartão de respostas e a sua prova. **Retire-se em silêncio**, após ser atendido pelo oficial aplicador.
- Observação:** o caderno de questões e as folhas de rascunho somente poderão ser levadas pelo candidato após o término do tempo total da prova.

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ÁREA DIREITO

BOA PROVA!!!

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DO CARTÃO DE RESPOSTAS
(CA/2015 AO CFO/QC/2016)

1. ORIENTAÇÕES GERAIS:

- Utilize SOMENTE caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
- Preencha COMPLETAMENTE os alvéolos; e
- NÃO ultrapasse os limites dos alvéolos.

2. PREENCHIMENTO DA IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO:

a. Preencha o ANO do processo seletivo, o NOME da sua ÁREA, o seu NOME COMPLETO, a sua Guarnição de Exame (GE) e o número da sua SALA.

Vejam os **exemplo**: candidato com NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01739-6, FULANO DE TAL, realizará a prova para DIREITO no COLÉGIO MILITAR DO RIO DE JANEIRO, na sala nº 500.

MINISTÉRIO DA DEFESA – EXÉRCITO BRASILEIRO	
DECEX	DESMil EsFCEx
C A R T Ã O D E R E S P O S T A S	
ANO: 2015	ÁREA: <i>Direito</i>
NOME: <i>FULANO DE TAL</i>	
GE: <i>Rio de Janeiro - C M R J</i>	
SALA: 500	

b. Preencha o seu número de inscrição na primeira coluna vertical à esquerda. Agora, realize a marcação de cada algarismo deste número no alvéolo correspondente da coluna da direita.

Exemplo: NÚMERO DE INSCRIÇÃO 017396.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	0		2	3	4	5	6	7	8
7	0	1	2	3	4	5	6		9
3	0	1	2		4	5	6	7	8
9	0	1	2	3	4	5	6	7	8
6	0	1	2	3	4	5	6	7	8
CA			CFO/QC				2	EA-QCM	

3. PREENCHIMENTO DAS RESPOSTAS:

- O cartão contém o número dos itens e as alternativas possíveis (A, B, C, D e E); e
- Para cada item só é permitida a marcação de uma única resposta.

Atenção para o tempo limite da prova, pois não será concedido qualquer tempo extra para o preenchimento do Cartão de Respostas!

Veja o exemplo ao lado:

O candidato marcou:

para o item 01 a letra A

para o item 02 a letra C

para o item 03 a letra D

4. ASSINATURA:

Assine o seu nome dentro do espaço reservado para isso. Evite ultrapassar os limites.

Exemplo: candidato cujo nome é FULANO DE TAL.

Fulano De Tal

ASSINATURA



**PROVA DE CONHECIMENTOS
ESPECÍFICOS**

DIREITO

31. Assinale a opção correta.

- (A) As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Ministro da Defesa.
- (B) As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército, pela Aeronáutica e pela Polícia Militar estadual são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina.
- (C) As Forças Armadas, constituídas pelo Exército, com auxílio da Marinha e da Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Comandante do Exército.
- (D) As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República.
- (E) As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições supranacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República.

32. O Mandado de Segurança

- (A) admite dilação probatória em casos específicos.
- (B) não exige prova pré-constituída quando coletivo.
- (C) admite apenas sentença de natureza constitutiva e declaratória.
- (D) foi abolida da nova sistemática processual brasileira.
- (E) tem natureza constitucional.

33. O regime de bens no casamento

- (A) é inmutável.
- (B) é de livre estipulação.
- (C) é ato solene.
- (D) é de separação obrigatória quando um dos cônjuges já tiver sido casado.
- (E) pode ser dotal.

34. O Ministério Público ofereceu denúncia em face de uma pessoa pela prática do delito de homicídio qualificado pelo motivo torpe, sendo o acusado impronunciado pelo magistrado ao final da primeira fase do procedimento bifásico do júri. A via adequada para o combate de tal decisão é (são) o (a) (s)

- (A) recurso em sentido estrito.
- (B) agravo.
- (C) pedido de reconsideração.
- (D) apelação.
- (E) embargos infringentes.

35. Analise as afirmações abaixo e marque a opção correta.

- I. De acordo com as quatro Convenções de Genebra de 1949 e o seu Protocolo Adicional nº I, de 1977, combatente é todo membro das forças armadas, excetuado o pessoal de saúde e religioso.
- II. Em existindo uma dúvida sobre se uma pessoa é civil ou não, em conflito armado internacional, não será concedido o estatuto de prisioneiro de guerra, mesmo que provisoriamente.
- III. Quando um jornalista é preso, realizando missão perigosa em zona de conflito armado internacional, é considerado prisioneiro de guerra.
- (A) Somente I está correta.
(B) Somente II está correta.
(C) Somente III está correta.
(D) Somente I e II estão corretas.
(E) Somente II e III estão corretas.

36. Assinale a opção correta.

- (A) O Código Penal Militar admite o Estado de Necessidade Coativo.
(B) A Teoria Diferenciadora, no que tange ao estado de necessidade, é a adotada tanto pelo Código Penal Militar, quanto pelo Código Penal comum.
(C) O Código Penal Militar prevê três modalidades de estado de necessidade justificante.
(D) Em um processo de determinado crime militar, em andamento na Auditoria da 6ª CJM em Salvador, em tempo de paz, alegado o estado de necessidade pela defesa do réu, cabe ao Ministério Público o ônus da prova de sua inexistência.
(E) O Código Penal Militar, no que tange ao estado de necessidade, admite a Teoria Diferenciadora apenas em tempo de guerra.

37. A ação civil pública é o instrumento processual adequado para reprimir ou impedir

- (A) crimes contra o meio ambiente, danos as autarquias e a outros entes públicos.
(B) danos a bens e direitos sem valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, mas que por sua função social representam interesses difusos da sociedade.
(C) apenas infrações de ordem econômica, protegendo, assim, interesses difusos da sociedade.
(D) danos ao consumidor e aos cofres públicos, desde que sejam interesses individuais homogêneos.
(E) danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e por infrações de ordem econômica, protegendo, assim, interesses difusos da sociedade.

38. Marque a alternativa correta.

- (A) O princípio da precaução estabelece a autorização de intervenções no meio ambiente.
(B) O princípio da precaução estabelece que quem utiliza o recurso ambiental deve suportar seus custos.
(C) O princípio da responsabilidade faz com que os responsáveis pela degradação ao meio ambiente sejam obrigados a arcar com a responsabilidade e com os custos da reparação ou da compensação pelo dano causado.
(D) O princípio do poluidor-pagador não foi recepcionado no Brasil.
(E) Os plebiscitos e referendos exigidos nas leis são exemplos de consagração do princípio da responsabilidade.



39. Marque a alternativa que elenca corretamente características da nossa constituição vigente.

- (A) Popular, sintética, flexível e eclética.
- (B) Ideológico-programática, formal, analítica e ortodoxa.
- (C) Popular, rígida e super rígida, formal, dirigente e analítica.
- (D) Outorgada, analítica, ortodoxa e flexível.
- (E) Semirígida, material, eclética e analítica.

40. Sobre as medidas provisórias, pode-se afirmar que:

- (A) Não podem versar sobre nacionalidade, cidadania nem direitos políticos.
- (B) Podem vigorar por 60 dias improrrogáveis.
- (C) São reeditadas apenas por duas vezes, quando urgente e necessário.
- (D) São convertidas em lei de forma tácita.
- (E) Se não forem examinadas em 45 dias perdem sua eficácia.

41. Assinale a opção correta.

- (A) Carlos, servidor público federal, não pode acumular seu cargo de perito do INSS com o cargo de médico do Município de Salvador, quando os dois exigem 40 horas de trabalho semanais.
- (B) Ana não pode se manter no cargo de professora do Município de Itabuna, depois de ter sido nomeada para o cargo de professora do Estado da Bahia.
- (C) Ronaldo foi investido em dois cargos públicos, um municipal e o outro federal, o que não é inconstitucional bastando que os horários sejam compatíveis.
- (D) Alice pode ser titular de dois cargos de função administrativa burocrática, contanto que seja perante entes federativos diversos e tenham horários compatíveis entre si.
- (E) A acumulação de cargos públicos é a regra que admite exceções.

42. Determinado conscrito, em um dos exercícios realizados na densa Mata Atlântica brasileira, atrai em direção ao que supõe ser um animal bravo, matando um outro militar. Neste caso poderá defender-se alegando:

- (A) Excludente de antijuridicidade.
- (B) Erro de tipo.
- (C) Erro de proibição.
- (D) Excludente de culpabilidade.
- (E) Excludente de nexo causal.

43. Sobre a corrupção passiva, é correto afirmar que

- (A) consiste no fato do agente público solicitar ou receber, apenas para si, sempre diretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- (B) a pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.
- (C) ocorre quando o funcionário público apropria-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou quando o desvia, em proveito próprio ou alheio.
- (D) materializa-se no momento em que o servidor público apropria-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem.
- (E) responde por tal crime a pessoa que oferta dinheiro ou qualquer utilidade a um servidor público, para que este, no exercício do cargo, empreenda conduta omissiva ou comissiva em seu favor.

44. Nos termos da Lei nº 6.830/1980, a prescrição da execução fiscal para cobrança do crédito tributário

- (A) poderá ser reconhecida e decretada de ofício pelo juízo da execução, somente depois de ouvida a Fazenda Pública.
- (B) poderá ser reconhecida e decretada de ofício pelo juízo da execução, somente depois de ouvida a Fazenda Pública e o contribuinte.
- (C) poderá ser reconhecida e decretada de ofício pelo juízo da execução, sem oitiva da Fazenda Pública.
- (D) somente poderá ser reconhecida e decretada pelo juízo da execução, se arguida pelo contribuinte.
- (E) somente poderá ser reconhecida e decretada pelo juízo da execução, se arguida pelo Ministério Público.

45. Uma vez julgado dissídio coletivo entre a empresa X e seus empregados, a parte patronal não cumpriu de imediato os termos da avença, pois não concedeu as vantagens econômicas que pactuou com a categoria profissional. À luz de tal situação fática, o sindicato dos empregados

- (A) deverá ajuizar ação de cumprimento em face da empresa X, após o trânsito em julgado da decisão.
- (B) não precisa esperar o trânsito em julgado da sentença normativa, para ajuizar a ação de cumprimento.
- (C) se não juntar a certidão de trânsito em julgado da sentença normativa, o feito será extinto sem resolução de mérito.
- (D) não pode ajuizar ação de cumprimento no caso.
- (E) deverá impetrar mandado de segurança, para resguardar o direito líquido e certo da categoria econômica.

46. A Súmula nº 331 do TST trata da responsabilidade do tomador de serviços quanto ao inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador. Quanto a tal jurisprudência, pode-se afirmar que

- (A) a contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional.
- (B) os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do tomador de serviços, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.
- (C) não é preciso que o tomador dos serviços haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial, para responder subsidiariamente pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador.
- (D) a Administração Pública direta e indireta responde solidariamente, quando tomadora de serviços, pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador.
- (E) apenas a Administração Pública direta responde solidariamente, quando tomadora de serviços, pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador.



47. A respeito das pessoas e bens protegidos em conflito armado internacional, analise as afirmações abaixo e marque a opção correta.

- I. Os militares do serviço de saúde e religiosos inimigos, quando capturados pelas forças armadas inimigas, não serão considerados prisioneiros de guerra.
- II. Os bens militares capturados do inimigo, incluídos os bens do serviço médico e os seus respectivos meios de transporte, se convertem em botim de guerra.
- III. O botim de guerra pode ser utilizado sem restrição; pertence à parte adversária e aos seus combatentes individuais.

- (A) Somente I está correta.
(B) Somente I e II estão corretas.
(C) Somente I e III estão corretas.
(D) Somente II e III estão corretas.
(E) Somente II está correta.

48. Analise as afirmativas e fundamentações, baseadas no texto abaixo, colocando entre parênteses a letra “V”, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra “F”, quando se tratar de afirmativa falsa.

Estando o Brasil em guerra, o Coronel do Exército Harrison é o comandante do teatro de operações e indiciado em IPM pela prática de crime militar de lesão corporal culposa contra cinco soldados. Com base nisso, analise as afirmativas abaixo.

() Caso o Presidente da República requisite a instauração da ação penal contra Harrison, o Ministério Público Militar estará obrigado a oferecer denúncia.

() Havendo ação penal, Harrison responderá a processo penal perante o Superior Tribunal Militar.

() Conforme positivado no CPPM: considerando o IPM que indiciou Harrison, encarregado e escrivão tinham que ser mais antigos que Harrison.

A alternativa que apresenta a sequência correta é:

- (A) V - V - V
(B) V - F - V
(C) F - V - F
(D) F - F - F
(E) F - V - V



49. Baseando-se no texto abaixo, analise as alternativas que se seguem e marque a opção correta.

O 1º Tenente Star, da 1ª Companhia de Fuzileiros de um Batalhão do EB, irritado com uma missão recebida, e no pátio interno do Batalhão, tenta atingir o 1º Tenente George com um soco, com nítida intenção de provocar lesões. George foi promovido na mesma data que Star, mas é comandante da 1ª Companhia de Fuzileiros. Caso erre o Tenente George e acabe atingindo o Cb Lennon, da mesma companhia, que ali passava por acaso, provocando lesões leves:

- (A) Responderá pelo crime de lesão corporal leve, independente de representação, e pelo crime de violência contra superior.
- (B) Responderá pelo crime de lesão corporal leve, se houver representação do Cabo, e de violência contra superior.
- (C) Responderá pelo crime de lesão corporal leve, independente de qualquer representação, e de violência contra inferior.
- (D) Responderá somente pelo crime de lesão corporal leve, independente de qualquer representação.
- (E) Responderá somente pelo crime de lesão corporal leve, se houver representação do 1º Tenente George.

50. Analise as afirmativas e fundamentações e, em seguida, coloque entre parênteses a letra “V”, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra “F”, quando se tratar de afirmativa falsa.

- () Se o Ministério Público Militar observar, em um Inquérito Policial Militar que investiga os militares que, juntos, espancaram o Soldado Lennon em alojamento do quartel da 2ª Companhia, provocando lesões graves e, havendo, até então, indícios apenas contra os soldados Paul e Ringo, embora vários fossem os participantes do espancamento, não poderá oferecer ação penal apenas contra os dois, em razão do Princípio da Indivisibilidade.
- () Se, em tempo de guerra, o Capitão-Tenente John, da Marinha, num acampamento localizado na capital do país inimigo, já conquistada e ocupada por tropas brasileiras, espanca o Marinheiro Star para obter confissão de um furto que teria sido realizado no acampamento, estará praticando um crime militar de tortura.
- () O Tenente Coronel George, comandante de um Batalhão do Exército Brasileiro em tempo de guerra pratica um crime militar no decorrer das operações de guerra, no teatro de operações. A competência para processo e julgamento é do Conselho Superior de Justiça Militar.

A alternativa que apresenta a sequência correta é:

- (A) V – V – V
- (B) F – F – V
- (C) F – V – F
- (D) V – V – F
- (E) F – F – F



51. Com base no texto abaixo, analise as afirmativas e fundamentações, colocando entre parênteses a letra “V”, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra “F” quando se tratar de afirmativa falsa.

O Promotor de Justiça Militar John, da Procuradoria de Justiça Militar no Recife, recebeu por distribuição a Instrução Provisória de Insuabmissão em que foi capturado, no Recife-PE, o civil Ringo, que não se apresentou no prazo e local marcado: 15 de junho de 2015 na EsFCEX em Salvador-BA. Ringo não estava com seu Certificado de Alistamento Militar (CAM) que deveria conter a data de apresentação e alega que o documento não continha tal data. Documento juntado aos autos de Instrução Provisória de Insuabmissão continha página com a assinatura autêntica de Ringo ao lado da inscrição contendo seu nome, a data e o local da apresentação.

- () Embora não se tenha localizado o CAM, e apesar da alegação de desconhecimento feita por Ringo, o documento com nome, data e local ao lado da assinatura de John pode ser considerado hábil a comprovar o conhecimento da data e local da apresentação.
- () O Promotor John deve arguir a incompetência da Auditoria da 7ª CJM, vez que a competência é da Auditoria da 6ª CJM.
- () Caso haja processo, um Juiz-Militar, componente do Conselho Permanente de Justiça, que tenha redigido e assinado o termo de insuabmissão estará em situação de suspeição para atuar, sob pena de haver nulidade prevista no CPPM.

A alternativa que apresenta a sequência correta é:

- (A) V - V - V
(B) V - F - F
(C) F - V - V
(D) V - F - V
(E) V - V - F

52. Marque a alternativa correta.

- (A) O Código de Processo Penal Militar não prevê sanções pecuniárias.
- (B) Caso seja arrolado como testemunha em um processo que tramita na Auditoria da 6ª CJM, em Salvador, o Dr. Lennon, Promotor de Justiça Militar poderá ajustar com o magistrado sua oitiva na própria Procuradoria de Justiça Militar, em lugar de ser ouvido na sala de Sessões daquela auditoria.
- (C) Raríssimos são os países democráticos que permitem a investigação direta por parte do Ministério Público.
- (D) Conforme positivado no CPPM, deve ser aplicada, por analogia, a legislação de processo penal comum sempre que beneficiar a defesa pessoal do acusado.
- (E) Caso haja conexão e continência, duas Instruções Provisórias de Insuabmissão contra dois insuabmissos diferentes poderão resultar em um único processo.

53. Assinale a opção correta.

- (A) O concurso público como condição para investidura em cargo público somente pode ser composto de provas e exigência de títulos no caso de ingresso na carreira de magistratura e promotor.
- (B) Quando, em caráter temporário, a investidura em cargo público prescinde o concurso.
- (C) A posse é o único ato de investidura do nomeado no cargo e, a partir dela, passa o mesmo à condição de agente público.
- (D) Publicado em Diário Oficial o ato de nomeação, o nomeado tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados dessa publicação, para tomar posse.
- (E) A posse é um ato personalíssimo não podendo ser dada a representantes.



54. Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, coloque entre parênteses a letra “V”, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra “F”, quando se tratar de afirmativa falsa.

- () A licitação não pode ser procedida nos casos em que o julgamento objetivo da proposta faz-se impossível.
- () Exigências desarrasoadas podem gerar a nulidade da licitação.
- () A contratação direta sem licitação não exime a Administração do dever de processualizar a escolha do contratado.
- () O direito do contratado ao equilíbrio econômico financeiro dos contratos cede diante do interesse público preponderante.

A alternativa que apresenta a sequência correta é:

- (A) F – V – V – V
- (B) V – F – F – V
- (C) V – V – V – F
- (D) V – V – V – V
- (E) V – V – F – V

55. O licenciamento ambiental

- (A) é um ato administrativo declaratório.
- (B) é o procedimento administrativo realizado pelo órgão ambiental competente, que pode ser federal, estadual ou municipal.
- (C) só pode ser deferido pelo IBAMA.
- (D) somente são exigíveis de indústrias de grande porte.
- (E) é o procedimento administrativo realizado pelo Município onde se encontra o equipamento.

56. São requisitos subjetivos dos contratos:

- (A) capacidade genérica dos contraentes, a aptidão específica para contratar e o consentimento.
- (B) capacidade genérica dos contraentes, forma prescrita em lei e onerosidade.
- (C) somente o consentimento.
- (D) a capacidade genérica dos contraentes e o objeto lícito.
- (E) a forma prescrita em lei e o consentimento.

57. Sobre as obrigações do direito civil, é correto afirmar que a (o)

- (A) patrimonialidade continua sendo o núcleo indispensável da prestação.
- (B) sujeito passivo é determinado ou determinável.
- (C) obrigação facultativa deve ser exigida pelo credor.
- (D) obrigação fracionária pressupõe solidariedade entre os devedores.
- (E) solidariedade entre devedores pode ser presumida.

58. Sobre a greve no serviço público, podemos afirmar corretamente que

- (A) trata-se de uma infração disciplinar.
- (B) a não regulamentação do dispositivo constitucional torna esse direito inexequível pelo agente público.
- (C) ela esta pendente de regulamentação pelo legislativo e o STF ainda não julgou essa omissão.
- (D) não foi prevista para esses trabalhadores.
- (E) aplica-se subsidiariamente a Lei nº 7.783/89 para preencher o vazio constitucional.



59. Um militar e sua esposa caminham por uma rua deserta e muito escura, quando são surpreendidos com a vinda de um cachorro na direção deles. Ao perceber que o animal iniciaria o ataque contra a sua companheira, o militar sacou a sua arma e disparou um tiro na direção do cão, que ricocheteou em uma barra de ferro e acabou atingindo o dono do animal, que chegava correndo em sua busca, já que este fugira da casa. O dono do cão veio a falecer, mas ficou constatado que o militar não tinha outra maneira de evitar o ataque do cachorro, não sendo sua conduta, portanto, descuidada. À vista desta situação, pode-se afirmar que o militar atuou
- (A) em legítima defesa de sua esposa, devendo responder, porém, pela morte do dono do cão.
 - (B) em estado de necessidade defensivo, devendo responder, porém, pela morte do dono do cão.
 - (C) em estado de necessidade e não deve responder pela morte do dono do cão.
 - (D) em estado de necessidade putativo, razão pela qual não deve responder pela morte do dono do cão.
 - (E) no exercício regular de um direito reconhecido, devendo responder, porém, pela morte do dono do cão.
60. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, o único bem imóvel pertencente ao executado insolvente pode ser penhorado desde que
- (A) alugado para terceiro não integrante do processo.
 - (B) resida sozinho e não tenha família.
 - (C) adquirido de má-fé para transferir a residência familiar de outro imóvel menos valioso.
 - (D) suntuoso e avaliado em mais de 300 salários-mínimos.
 - (E) esteja em péssimo estado de conservação.
61. Maquiavel praticou uma contravenção penal em desfavor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, empresa pública federal. Cometeu, ainda, outra contravenção em conexão, desta feita contra o patrimônio do Banco do Brasil S/A, sociedade de economia mista federal. Será competente para julgar Maquiavel a Justiça
- (A) Estadual, pelas duas infrações.
 - (B) Federal, pelas duas contravenções.
 - (C) Estadual, no caso da contravenção praticada em detrimento da EBCT, e a Justiça Federal, no caso da infração em detrimento do Banco do Brasil.
 - (D) Federal, no caso da contravenção praticada em detrimento da EBCT, e a Justiça Estadual, no caso da infração em detrimento do Banco do Brasil.
 - (E) Federal ou a Justiça Estadual, a depender da escolha do legitimado ativo.
62. Um determinado contribuinte está em débito com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e com a Taxa de Coleta de Lixo relativos ao ano-calendário de 2013 e referentes ao imóvel onde reside. Pagou ao Município de sua residência um valor insuficiente para o adimplemento de ambos os tributos. Assim, é possível afirmar que a autoridade tributária
- (A) considerará pago, primeiramente, a taxa e, posteriormente, o imposto.
 - (B) receberá o pagamento na ordem decrescente dos prazos prescricionais.
 - (C) receberá o pagamento na ordem crescente dos valores.
 - (D) receberá o pagamento na ordem decrescente das datas de pagamento.
 - (E) considerará pago, primeiramente, o imposto e, posteriormente, a taxa.

63. Sobre o julgamento de recurso ordinário, conforme a jurisprudência consolidada do TST, pode-se afirmar que
- (A) se a matéria objeto do recurso ordinário já está sumulada pelo TRT, pode o Desembargador Relator julgá-lo monocraticamente, cabendo recurso de tal decisão.
 - (B) não cabe julgamento monocrático pelo TRT.
 - (C) é cabível o uso subsidiário do art. 557 do CPC, de modo que é possível decisão monocrática no recurso ordinário, desde que a matéria objeto do recurso ordinário já esteja sumulada pelo TRT, não cabendo recurso de tal decisão.
 - (D) somente o TST pode realizar julgamento monocrático válido, quando a matéria objeto do recurso já está sumulada.
 - (E) cabe apenas ao STF julgar monocraticamente, por um de seus ministros, o recurso ordinário.
64. José é agente administrativo numa refinaria da Petrobrás, local onde trabalha das 7:00 às 16:00 horas, dispondo de uma hora de intervalo. O instrumental de registro do ponto eletrônico fica situado na sala onde José trabalha, sendo certo que os controles de ponto são marcados no início e no fim da efetiva jornada de trabalho. José chega ao trabalho, pontualmente, às 6:15, tendo que se deslocar por trinta minutos da porta da refinaria até a sua sala, onde registra o ponto. Assim sendo, é correto afirmar que José
- (A) não tem direito às horas extras, pois não há excesso de jornada.
 - (B) tem direito a 10 (dez) minutos extras no início e no fim da jornada, pois houve extrapolação de 5 (cinco) minutos no tempo de deslocamento entre o portão e o local de trabalho.
 - (C) tem direito às horas extras (minutos) no início e no fim da jornada, dada a distância entre o portão da refinaria da Petrobrás e a sua sala de trabalho, local onde marca o seu ponto, que exige mais de 10 (dez) minutos de deslocamento.
 - (D) tem direito às horas extras registradas em seu cartão de ponto.
 - (E) tem direito a 20 (vinte) minutos extras no início e no fim da jornada, pois houve extrapolação de 5 (cinco) minutos no tempo de deslocamento entre o portão e o local de trabalho.
65. Sobre a Corte Internacional de Justiça (CIJ) e o Tribunal Penal Internacional (TPI), pode-se afirmar que
- (A) a CIJ funciona como corte de revisão relativamente às decisões do TPI.
 - (B) a CIJ trata de pleito indenizatório contra autoridades (pessoas naturais) condenadas criminalmente pelo TPI.
 - (C) a CIJ trata de pleito indenizatório contra o Estado, enquanto que o TPI cuida especificamente da responsabilidade criminal das autoridades.
 - (D) a CIJ é subordinada ao TPI, já que seus julgamentos não prevalecem se contrários ao do Tribunal Penal Internacional.
 - (E) nenhuma das respostas acima está correta.
66. Sobre o processo administrativo, podemos afirmar que
- (A) no âmbito federal ele admite concessão de medida liminar.
 - (B) a lei federal nº 9.784/99 regula de forma geral o procedimento administrativo.
 - (C) não existe previsão legal para a forma e tempo dos atos do processo administrativo.
 - (D) na omissão da lei federal de processo administrativo, deve ser utilizado o Código de Processo penal.
 - (E) salvo convenção entre as partes, não existe previsão de acompanhamento das partes por advogado legalmente constituído.



67. Marque a alternativa correta.

- (A) O estado de necessidade excludente de ilicitude tem tratamento semelhante no Código Penal Militar e Código Penal comum.
- (B) O erro de fato não é positivado no Código Penal Militar que adota a antiga dicotomia do Direito Romano.
- (C) Se o comandante de uma operação de garantia da lei e da ordem em uma comunidade do Rio de Janeiro cercar a base de operações com uma cerca de cacos de vidro envenenados e um soldado do Exército, que pulou o muro para furtar armas, morrer envenenado por ser cortado ao pular de volta à cerca com dois fuzis, não há crime na morte do soldado, vez que presente causa de exclusão da antijuridicidade.
- (D) O tratamento dado à coação física e moral no Código Penal Militar é semelhante ao dado pelo Código Penal comum.
- (E) Embora o Código Penal Militar e o Código Penal comum permitam que o subordinado responda por crime praticado em cumprimento de ordem de superior, há diferença entre eles no tratamento dado à mencionada ordem.

68. Considerando o positivado na Constituição, Lei de Organização Judiciária Militar e Código de Processo Penal Militar, marque a alternativa correta.

- (A) O Oficial mais antigo, componente do Conselho de Justiça da Auditoria Militar (distrital) do Distrito Federal, presidirá aquele conselho.
- (B) Tendo o Cabo PM George praticado um crime militar de homicídio culposo contra o civil Lennon, o processo e julgamento serão de competência do juízo monocrático.
- (C) Em uma operação de Garantia da Lei e da Ordem, no Rio de Janeiro, o Tenente PM Lennon pratica homicídio doloso contra o civil Paul, em situação de legítima defesa. A competência para apreciar o caso pertence à Auditoria de Justiça Militar (estadual) do Rio de Janeiro.
- (D) Se houver uma discussão acalorada entre Promotor de Justiça Militar e advogado, em um julgamento de um processo de deserção na Auditoria da 7ª Circunscrição de Justiça Militar e o Promotor requerer que constem em ata as palavras proferidas pelo advogado, o Juiz-auditor deve mandar consignar em ata o incidente.
- (E) Na Justiça Militar da União as questões puramente de direito que ocorrem no curso do processo devem ser decididas pelo juiz togado.

69. O civil **Paul** ao se alistar, acabou recebendo Certificado de dispensa de incorporação (CDI). No ano seguinte, acabou prestando vestibular para uma faculdade particular de medicina que cursou integralmente, até se formar, em julho de 2014. Apresentou-se para seleção e foi, então, convocado à incorporação para servir, em 2015, ao Exército, como médico. A data prevista para apresentação era 15 de fevereiro de 2015 no Regimento Sampaio, no Rio de Janeiro/RJ. O civil **Paul** se apresentou na data, mas se ausentou antes do ato oficial de incorporação, não mais retornando, pois pretendia montar uma clínica em Salvador-BA. O Tenente Lennon, que presenciou a apresentação do civil **Paul** no Regimento Sampaio estava de férias, em Búzios, quando, enquanto tomava banho de mar, viu o civil **Paul** na areia e entendeu que devia lhe dar voz de prisão como insubmisso. Deu voz de prisão ao civil **Paul** e, quando este, sem esboçar violência, reação ou fuga, tentou alegar não ser insubmisso por já ter o CDI, foi espancado pelo tenente Lennon, sofrendo lesões corporais graves.

Com base no caso acima, analise as afirmativas e fundamentos abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

- (A) Caso não se apresentasse para seleção após a conclusão do curso de medicina, o civil **Paul** seria considerado insubmisso.
- (B) O crime do Tenente Lennon não pode ser considerado militar vez que embora o Tenente Lennon achasse que se encontrava em serviço por mandamento legal – que determina que os militares devem prender quem for insubmisso – o civil **Paul** não era insubmisso, e fora erroneamente convocado, vez que fora dispensado de incorporação antes de cursar medicina.
- (C) Caso não se apresentasse para seleção após a conclusão do curso de medicina, o civil **Paul** seria considerado refratário.
- (D) Caso não se apresentasse para seleção após a conclusão do curso de medicina, o civil **Paul** não sofreria qualquer sanção nem prejuízo, vez que já estava quite com o serviço militar.
- (E) O crime do Tenente Lennon não pode ser considerado militar vez que embora o Tenente Lennon achasse que se encontrava em serviço por mandamento legal, só existe previsão de que os militares devem prender quem for desertor ou estiver em flagrante delíto. Não se colocara, pois, em serviço, por mandamento legal.

70. Considerando o positivado do Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar, marque a alternativa correta.

O 2º Ten Temporário John, do Exército fez 21 anos em 21 de abril de 2014. Em 23 de abril de 2014 praticou o crime de ameaça contra o Ten Paul, dizendo que na primeira oportunidade que tiver, fora dos olhos do comando do quartel, irá espancá-lo sem dó, em razão de este ter questionado uma sugestão sua em uma reunião do comando. John já espantara, pelo mesmo motivo, mas sem aviso, o 2º Ten Ringo, mais antigo que John, fora do quartel, no dia 16 de abril de 2014, provocando apenas lesões leves por ter sido contido por outros militares que estavam esperando ônibus. A Agressão e a ameaça demoraram a ser conhecidas e apuradas. John foi processado pelos dois crimes. John foi condenado na Justiça Militar pela ameaça a Paul um mês e meio de detenção. A denúncia foi recebida somente em 24 de abril de 2015. A sentença condenatória data de 23 de junho de 2015.

- (A) Não deverá ser reconhecida a prescrição da ameaça a Paul pela pena em concreto, pois esta só ocorreria se decorridos dois anos entre o fato e a instauração do processo. O crime contra Ringo não é crime militar, porque não ocorreu em serviço, nem em local sob administração militar, nem sob outra condição que tornasse o crime militar.
- (B) Não deverá ser reconhecida a prescrição da ameaça a Paul pela pena em concreto, pois esta só ocorreria se decorridos dois anos entre o fato e a instauração do processo. O crime contra Ringo é crime militar.
- (C) Não deverá ser reconhecida a prescrição da ameaça a Paul pela pena em concreto, pois esta só ocorreria se decorridos dois anos entre o fato e a instauração do processo. O crime contra Ringo não é crime militar.
- (D) Não deverá ser reconhecida a prescrição da ameaça a Paul pela pena em concreto. O crime contra Ringo é crime militar.
- (E) Deverá ser reconhecida a prescrição da ameaça a Paul pela pena em concreto, pois transcorreu mais de um ano entre o fato e a instauração do processo. O crime contra Ringo não é crime militar, porque não ocorreu em serviço, nem em local sob administração militar, nem sob outra condição que tornasse o crime militar.

FINAL DA PROVA